



LEI Nº 166 14 DE MAIO DE 2019

“Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2020 e dá outras providências.”

O Povo do Município de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, Newton Avelar, Prefeito do Município, em seu nome sanciono a seguinte lei:


Disposições Preliminares

Art.1º- São estabelecidas, nesta lei as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2020, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- III – os critérios e formas de limitação de empenhos;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V – as condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- VI – as disposições para o Município auxiliar no custeio de despesas de competência de outros entes da federação;
- VII - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e serviços extraordinários;
- VIII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- IX – os parâmetros para elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XI – as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- XI – as disposições gerais.

Seção I

Das metas e prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º- As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 serão as especificadas na Lei referente ao Plano Plurianual relativo ao período 2018 – 2021, devendo observar as seguintes estratégias: 



-
- I – consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
 - II - promover o desenvolvimento sustentável voltado para a geração de empregos e oportunidades de renda;
 - III - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
 - IV - consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos.

Parágrafo único: As denominações e unidades de medida das metas do projeto de lei orçamentária anual nortear-se-ão pelas utilizadas na Lei do Plano Plurianual referido no caput deste artigo.

Seção II **Das Diretrizes para Elaboração e a Execução do Orçamento Municipal**

Subseção I **Das Diretrizes Gerais**

Art. 3º As categorias de programação serão identificadas no projeto de lei orçamentária por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, com a indicação de suas metas físicas e respectivas denominações.

Art. 4º O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a unidade orçamentária, a modalidade de aplicação, as fonte de recursos e o identificador de uso:

- 1 - pessoal e encargos sociais;
- 2 - juros e encargos da dívida;
- 3 - outras despesas correntes;
- 4 - investimentos;
- 5 - amortização da dívida;
- 6 - *inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas.*

Art. 5º As metas fiscais serão indicadas segundo os respectivos projetos e atividades e constarão dos demonstrativos das despesas dos orçamentos fiscais segundo os programas de governo, na forma dos anexos propostos pela Lei Federal 4320/64.

Art. 6º O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos do Tesouro Municipal, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema de Contabilidade Municipal.



PREFEITURA

SÃO PEDRO DOS FERROS

CNPJ: 19.243.500/0001-82
Praça Prefeito Armando Rios, 186 – Centro
São Pedro dos Ferros-MG- CEP:- 35360-000
Telefax: (33) 3352-1286

Art. 7º O projeto de lei orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva lei serão constituídos dos documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4320/64 e dos seguintes demonstrativos:

I - consolidação dos quadros orçamentários, na forma do Anexo I, da Lei Federal nº 4.320/64;

II - da programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observando-se as instruções do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

III - da compatibilidade com o Plano Plurianual, com as Diretrizes orçamentárias e com as normas constantes no art. 5º da Lei Complementar 101/2000;

IV - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 201/2000;

V - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;

VI - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

VII – Demonstrativo de despesas com pessoal, para fins de atendimento ao disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal;

II - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

Art. 8º A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do Projeto de Lei Orçamentária serão elaboradas a partir de valores correntes do exercício de 2019, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes nos Anexos da presente lei.

Parágrafo Único: O Projeto de lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento na base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado nominal e primário estabelecidas nesta lei.

Art. 9º - Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central da Contabilidade até 30 de julho de 2019, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária anual.



PREFEITURA

SÃO PEDRO DOS FERROS

CNPJ: 19.243.500/0001-82
Praça Prefeito Armando Rios, 186 - Centro
São Pedro dos Ferros-MG- CEP:- 35360-000
Telefax: (33) 3352-1286

Parágrafo Único: Na elaboração de suas propostas, as instituições mencionadas neste artigo terão como parâmetro de suas despesas:

I - com pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo com a folha de pagamento do primeiro semestre de 2019, apurando a média mensal e projetando-a para todo o exercício, considerando os acréscimos legais e o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, alterações de planos de carreira, verificados até 30 de junho de 2019, as admissões na forma do artigo 22 desta Lei e eventuais reajustes gerais a serem concedidos aos servidores públicos;

II - com os demais grupos de despesa, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2020.

Art. 10 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual.

§1º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§2º Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§3º Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

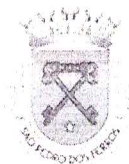
Art. 11- As alterações decorrentes da abertura e da reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa, os quais serão modificados independente de nova publicação.

Art.12- O Poder Executivo poderá mediante lei específica e decreto específico:

I - transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática e respectivo produto, assim como o correspondente detalhamento por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidades de aplicação;

II - aditar ao orçamento do Município, durante a respectiva execução, as ações não programadas no Orçamento de 2020, desde que sejam compatíveis com o Plano Plurianual;

III - incluir ou alterar categoria econômica e grupo de natureza da despesa em ações (projeto, atividade ou operação especial) constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, respeitados os objetivos dos mesmos.



PREFEITURA

SÃO PEDRO DOS FERROS

CNPJ: 19.243.500/0001-82
Praça Prefeito Armando Rios, 186 – Centro
São Pedro dos Ferros-MG- CEP:- 35360-000
Telefax: (33) 3352-1286

Parágrafo único: A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional, do programa de gestão, manutenção e serviço do Município ao novo órgão.

Art. 13 –A Lei do Orçamento Anual conterà autorização para abertura de créditos suplementares no Orçamento dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art.14 - O Poder Executivo, mediante lei autorizada específica, poderá transferir dentro de cada Programa, o saldo das dotações dos elementos ou sub elementos de despesa que o compõe para a correta adequação das contratações públicas, ficando inalteradas as categorias econômicas.

Art.15 - Os recursos de convênio não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art.16 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2020 deverão levar em conta a obtenção de um superávit primário.

Parágrafo Único: O Poder Executivo tomará as providências necessárias para o cumprimento das metas de que trata o caput deste artigo, mediante ajuste do cronograma de desembolso financeiro.

Art.17 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão;

III - transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferências voluntárias.

Art.18 - As fontes de recurso poderão ser alteradas de acordo com as necessidades de execução financeira, justificadamente, por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único: O Poder Executivo deverá reavaliar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso a cada 02 (dois) meses, de acordo com o disposto no art. 49 desta Lei.

Art.19 - Os orçamentos que compõem a Lei Orçamentária Anual deverão conter previsão orçamentária que assegure a conservação e manutenção do patrimônio público municipal.

Subseção II

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho



Art.20 - Os critérios e a forma de limitação de empenho de que trata a alínea “b” do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 serão processados mediante os seguintes procedimentos operacional-contábeis:

I - revisão física e financeira contratual, adequando-se aos limites definidos por órgãos responsáveis pela política econômica e financeira do Município, formalizadas pelo respectivo aditamento contratual.

II – contingenciamento do saldo da nota de empenho a liquidar, ajustando-se a revisão contratual determinada no inciso I deste artigo.

Art.21 - O critério para limitação dos valores financeiros da Câmara Municipal de que trata o § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, levará em consideração as medidas contingenciadoras do Executivo constantes nesta Lei.

Parágrafo único: O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2020.

Art. 22 - A limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 obedecerá a seguinte hierarquização:

- I – Obras estruturantes;
- II – Serviços de terceiros e encargos administrativos;
- III – Investimentos.

Parágrafo único: Excluem-se do disposto no caput deste artigo as despesas com:

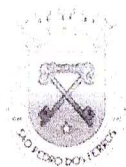
- I – Obrigações constitucionais ou legais;
- II – Precatórios e sentenças judiciais;
- III – Dotações destinadas ao serviço da dívida pública.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art.23 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§1º Para fins de acompanhamento, controle e centralização os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município ou equivalente, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.



PREFEITURA

SÃO PEDRO DOS FERROS

CNPJ: 19.243.500/0001-82
Praça Prefeito Armando Rios, 186 – Centro
São Pedro dos Ferros-MG- CEP:- 35360-000
Telefax: (33) 3352-1286

§2º Os recursos alocados para fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Art.24 - Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo Único: Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.

Art. 25 - A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos.

§1º Será garantido na lei orçamentária recurso para o pagamento da dívida.

§2º O Município, através de seus Poderes, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX da Constituição Federal.

Art. 26 - Na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2020, as despesas com amortização, juros e de encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Subseção IV

Da Reserva de Contingência

Art. 27 - A proposta orçamentária conterà reserva de contingência equivalente a no máximo 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida e não inferior a 1% (um por cento), desdobrada para:

- I – A cobertura de créditos adicionais suplementares;
- II – Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§1º A utilização dos recursos da reserva de que trata o inciso I deste artigo se fará mediante abertura de créditos adicionais.

§2º Ocorrendo necessidade de serem atendidos passivos contingentes e outros riscos fiscais, o Executivo providenciará a abertura de créditos adicionais à conta da reserva de que trata o inciso II deste artigo; *mf*



§3º Na hipótese de não ser necessária, no todo ou em parte, a utilização da reserva de que trata o inciso II deste artigo, poderão os recursos remanescentes ser empregados na abertura de créditos adicionais.

Seção III
Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art.28 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

- I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;
- II - não tenha débito de prestação de contas de recursos anteriores.
- III - tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

- I - declaração de funcionamento regular emitida no exercício de 2020 por autoridade local e competente conforme atividade desempenhada pela entidade;
- II - comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria;
- III - estatuto da entidade devidamente registrado em cartório;
- IV - CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- V - certidão negativa de débito para com Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- VI - certificado de regularidade de situação para com o FGTS;
- VII - tratando-se de entidade assistencial, a autoridade competente será o Conselho Municipal de Assistência Social;
- VIII - Plano de Trabalho do valor da subvenção a ser recebida.

§2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos e do Poder Legislativo com a finalidade de fiscalizar a legalidade da concessão e a aplicação dos recursos públicos..

§3º As transferências efetuadas na forma deste artigo, deverão ser precedidas da celebração do respectivo convênio.

§4º As transferências de recursos deverão ser precedidas da aprovação do Plano de Trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos o disposto no art. 116 da Lei 8.666/1993, na Lei 13.019/2014 e, ainda, deverão cumprir as exigências decorrentes da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Orgânica do Município, prestando contas dos destinos das verbas objeto das subvenções.

§5º O prazo para a apresentação da prestação de contas anual pelas entidades beneficiadas será estabelecida em lei específica, devendo as mesmas obedecer as

mf



PREFEITURA

SÃO PEDRO DOS FERROS

CNPJ: 19.243.500/0001-82
Praça Prefeito Armando Rios, 186 – Centro
São Pedro dos Ferros-MG- CEP:- 35360-000
Telefax: (33) 3352-1286

instruções municipais que tratam da comprovação de auxílios, subvenções e contribuições.

§6º Compete ao órgão concedente, o acompanhamento da realização do Plano de Trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§7º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§8º Deverá constar dos convênios e termos celebrados com as entidades beneficiárias de subvenções, contribuições ou auxílios, cláusula de reversão de recursos no caso de desvio de finalidade.

§9º As transferências para caixas escolares municipais se submetem à legislação específica.

Art. 29 - Somente serão concedido “auxílios” e contribuições para entidades privadas sem fins lucrativos mediante autorização em lei específica.

Parágrafo Único: As entidades, para serem contempladas com recursos do Município, deverão prestar atendimento direto e gratuito ao público nas seguintes áreas de atuação:

- I - Ensino especial ou educação infantil;
- II - Ações de saúde;
- III - Ações de cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;
- IV - Associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem de execução de programas municipais.

Art. 30 - O Poder Executivo Municipal através de Lei específica e mediante convênio poderá conceder auxílio às instituições de ensino de Nível Superior, implantadas no Município, na medida de sua disponibilidade financeira.

Parágrafo Único: A cooperação ou auxílio de que trata o caput será concedida apenas as instituições de ensino que se instalarem no Município.

Art. 31 - Somente serão destinados recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas, que houver comprovação de finalidade para áreas de educação, saúde, habitação, assistência social ou que forem custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS ou do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Parágrafo Único: A pessoa física será beneficiária dos recursos definidos no caput deste artigo se for economicamente hipossuficiente à critério do Poder Legislativo, a ser comprovado na lei específica que autoriza a destinação de recursos.

Art. 32 - O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal. *ngf*



Parágrafo Único: A autorização de que trata o caput deste artigo poderá constar da Lei Orçamentária Anual.

Art. 33 - Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a conceder às entidades assistenciais, legalmente constituídas, subvenções e/ou auxílios provenientes de repasses efetuados pelo Governo Federal ou pelo Governo Estadual, tendo por objeto a ação compartilhada visando à transferência de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a execução de programas de assistência social, previstos no Plano Municipal de Assistência Social, observados os princípios e as diretrizes da LOAS, mediante a celebração de convênios.

Art.34 - A destinação de recursos a título de "contribuições", a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o artigo 12, §§ 2º e 6º, da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser efetivada mediante previsão na lei orçamentária e a identificação do beneficiário no convênio.

Art.35 - As transferências de recursos do Município, consignadas na lei orçamentária anual, para o Estado, União ou outro Município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente.

Seção IV

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 36 - É permitida a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, dotações para que o Município contribua com o custeio de despesas de outro Ente da Federação, desde que autorizadas mediante Lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

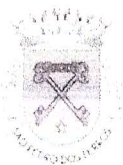
Parágrafo único: A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com art. 116 da Lei 8.666/1993.

Seção V

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Art.37 - Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169,§1º, inciso II da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº101/2000.

Parágrafo único: O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o presente artigo. *mpb*



Art. 38 - O disposto no § 1º, do artigo 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000(LRF), aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo Único: Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput", os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que simultaneamente:

- I - Sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Município;
- II - Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do Município, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;
- III - Não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 39 - No exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal ativo e inativo, dos dois Poderes do Município, observarão os limites mencionados no artigo 169, da Constituição Federal e respectiva regulamentação.

Art. 40 - No exercício financeiro de 2020, observadas as disposições do artigo 169, da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - houver dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- II - for observado o limite mencionado no artigo anterior.

Art. 41 - Os Poderes Executivo e Legislativo para atender o disposto na Lei Complementar 101/200, no referente às despesas com pessoal, criarão mecanismos de correção de desvios, coordenando e reestruturando o Plano de Carreira.

Art. 42 - Fica autorizada a destinação de recursos para realização de Concurso Público para os cargos previstos na Lei de Plano de Cargos e Carreira dos servidores Públicos de São Pedro dos Ferros que não foram preenchidos e para os cargos criados no exercício de 2019 e a serem criados no exercício de 2020.

Subseção I

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 43 - Se durante o exercício de 2020 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e, no âmbito do Poder Legislativo de exclusiva competência do Presidente da Câmara. *mfh*



Seção VI
Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 44 - Não será aprovado projeto de lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, sem a prévia estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da renúncia de receita correspondente.

§1º Caso o dispositivo legal sancionado tenha impacto financeiro no mesmo exercício, o Poder Executivo providenciará a anulação das despesas em valores equivalentes.

§2º A lei mencionada neste artigo somente entrará em vigor após o cancelamento de despesas em idêntico valor.

Art. 45 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

§1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária anual:

I - Serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - Será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art. 46 - A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização das atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art.47 – A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:



- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VI – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos reais sobre imóveis;
- VII – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Seção VII
Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do
Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 48 - O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº101/2000.

§1º Para atender o caput deste artigo, o Poder Legislativo, encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020, os seguintes demonstrativos:

- I – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2020.

§3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.



§4º O Poder Executivo deverá reavaliar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso a cada 02 (dois) meses em atendimento ao dispostos nos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

Seção VIII

Da Definição de Despesas Consideradas Irrelevantes

Art.49 - Para efeito do disposto no art. 16, §3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Seção IX

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art.50 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art.51 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Seção X

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 52 - Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2020 e seus créditos adicionais, observando o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;
- II – As dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento do cronograma físico-financeiro;
- III – Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV – Os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

§1º – Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2020, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2019.

§2º - Não se enquadra nos termos do caput deste artigo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. *mp*



Seção XI
Disposições Gerais

Art. 53 - O Poder Executivo procederá, mediante decreto, a ser publicado até 30 dias após a sanção da Lei Orçamentária, a troca das fontes de recursos condicionadas constantes da lei orçamentária sancionada, cujas alterações na legislação foram aprovadas antes do encaminhamento do respectivo projeto de lei para sanção, pelas respectivas fontes definitivas.

Art. 54 - A elaboração, a aprovação e a execução da lei orçamentária anual será realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único: O atendimento do disposto neste artigo abrange a disponibilização dos estudos e diagnósticos utilizados na elaboração do plano plurianual para o período de 2018/2021.

Art. 55 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único: A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 56 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de dezembro de 2019 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal.

§1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares, mediante remanejamento de dotações, até o limite utilizado na forma do caput deste artigo.

§3º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, observado o disposto no parágrafo anterior, as dotações para atendimento de despesas com:

- I - Pessoal e encargos sociais;
- II - Pagamento do serviço de dívida;
- III - Pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde.



PREFEITURA

SÃO PEDRO DOS FERROS

CNPJ: 19.243.500/0001-82
Praça Prefeito Armando Rios, 186 – Centro
São Pedro dos Ferros-MG- CEP:- 35360-000
Telefax: (33) 3352-1286

Art. 57 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 58 - Os órgãos e entidades indicarão, até 31 de maio de 2020, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados e abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2019, que poderão ser reabertos, na forma do disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal.

§1º A reabertura de que trata este artigo será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

§2º Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recurso à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 59 - Não será aprovado projeto de lei que implique o aumento das despesas orçamentárias, sem que estejam acompanhados da estimativa desse aumento e da indicação das fontes de recursos.

Art. 60 - O Poder Executivo, ressalvada a competência do Estado, promoverá programas de apoio, de conscientização e implantação de política de segurança pública.

Art. 61 - O Poder Executivo fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

Art. 62 - A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000 e na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Art. 63 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 64 - Em observância ao princípio da economicidade, o Poder Executivo poderá, a seu critério, promover a publicação oficial dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual, na internet, na página da Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros.

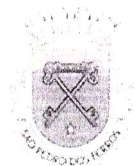
Art. 65 - É parte integrante desta Lei, o Anexo I, com os seguintes demonstrativos:

A – Metas Fiscais;

B – Avaliação do Cumprimento das Metas relativas ao ano anterior;

B.1 – Avaliação do Cumprimento das Metas relativas ao ano anterior –

Resultado Primário e Nominal; *M. P. S.*



PREFEITURA

SÃO PEDRO DOS FERROS

CNPJ: 19.243.500/0001-82
Praça Prefeito Armando Rios, 186 – Centro
São Pedro dos Ferros-MG- CEP:- 35360-000
Telefax: (33) 3352-1286

C – Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos 03 exercícios anteriores;

C.1 – Meta Fiscal para o exercício de 2020;

D - Evolução do Patrimônio Líquido, nos últimos três exercícios, destacando a origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de Ativos;

D.1 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos com Alienação de Ativos;

E - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

E.1 - Demonstrativo da Expansão das Despesas de Caráter Continuado dos Três Últimos Ano;

F – Demonstrativo de Riscos Fiscais.

Art. 66 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 67 - Revogam-se as disposições em contrário.

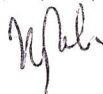
São Pedro dos Ferros/MG, 14 de maio de 2019.


Newton Gabriel Avelar
Prefeito

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
(Conforme art. 4º, § 2º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Receitas Realizadas			
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	2018 (a)	2017 (a)	2016 (b)
Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis			38.500,00
Alienação de Bens Imóveis			
Rendimento de Aplicação	14,20	33,58	1.470,37
Total (I)	639,27	625,07	67.277,63
Saldo Financeiro de <i>Exercícios Anteriores somados ao Total (I)</i>	639,27	625,07	591,49
Complemento para Aquisição de Bens			
Despesas Executadas			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	2018 (a)	2017 (a)	2016 (b)
Despesa de Capital	0,00	0,00	66.686,14
Investimentos			66.686,14
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
Despesas Correntes dos Regimes Previdenciários			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Total (II)	0,00	0,00	66.686,14
Saldo Financeiro no Exercício (III) = (I - II)	639,27	625,07	591,49

Observações:



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
PROJEÇÃO DA RECEITA PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS
 (Conforme art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Código	Descrição	2018	2019	2020	2021
00.1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	27.362.369,94	20.172.853,30	20.979.767,43	21.766.508,71
00.1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.212.000,00	1.693.453,30	1.761.191,43	1.827.236,11
00.1200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	269.000,00	270.000,00	280.800,00	291.330,00
00.1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	127.100,00	110.000,00	114.400,00	118.690,00
00.1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
00.1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
00.1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	2.000,00	11.500,00	11.960,00	12.408,50
00.1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.418.269,94	18.053.100,00	18.775.224,00	19.479.294,90
00.1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	334.000,00	34.800,00	36.192,00	37.549,20
	RECEITA INTRA ORÇAMENTARIA				
00.2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.945.500,00	6.199.570,00	2.530.160,00	2.625.041,00
00.2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO(-)	4.000,00	0,00	0,00	0,00
00.2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS (-)	29.500,00	29.000,00	30.160,00	31.291,00
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (-)				0,00
00.2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.412.000,00	6.170.570,00	2.500.000,00	2.593.750,00
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500.000,00	0,00	0,00	0,00
95.0000.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB (-)	2.824.922,49	2.516.300,00	2.616.952,00	2.715.087,70
	TOTAL	26.482.947,45	23.856.123,30	20.892.975,43	21.676.462,01

Assinatura

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
AVALIÇÃO PERCENTUAL DO CRESCIMENTO DA RECEITA
 (Conforme art. 4º, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2016		2017		2018		2019		VARIÇÃO (%)
		17.383.966,88	17.889.253,70	18.045.529,65	18.045.529,65	20.188.965,09	20.188.965,09			
00.1000.00.00	RECEITAS CORRENTES									
00.1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	435.995,86	882.509,12	102,41	180,41	2,53	1.709.565,09	88,94		
00.1200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	265.475,51	261.656,46	-1,44	278.984,25	6,62	270.000,00	-3,22		
00.1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	94.042,77	116.048,08	23,40	44.945,85	-61,27	110.000,00	144,74		
00.1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS									
00.1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL									
00.1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS									
00.1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.557.868,64	16.602.353,60	0,27	16.781.268,25	1,08	18.053.100,00	7,58		
00.1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.584,10	26.686,44	-12,74	35.514,72	33,08	34.800,00	-2,01		
	RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA									
00.2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	392.675,00	122.925,00	-68,70	575.893,58	368,49	6.199.570,00	976,51		
00.2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO(-)									
00.2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS (-)	38.500,00		-100,00			29.000,00			
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (-)									
00.2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	354.175,00	122.925,00	-65,29	575.893,58	368,49	6.170.570,00	971,48		
00.2900.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL									
95.0000.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB (-)	2.268.140,08	2.276.085,48	0,35	2.355.981,90	3,51	2.532.411,79	7,49		
	TOTAL	15.508.501,80	15.736.093,22	1,47	16.265.441,33	3,36	23.856.123,30	46,67		

Assinatura

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
CORREÇÃO DA RECEITA

Código	Descrição	2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		1º Bimestre		Total
		2018		2018		2018		2018		2018		2019		
00.1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.078.365,72	3.202.294,13	2.932.386,36	2.601.238,67	3.024.578,41	2.733.194,68	17.572.077,97						
00.1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	67.447,15	71.571,01	240.325,87	359.374,55	100.039,44	52.248,82	891.006,84						
00.1200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	39.046,49	43.740,83	44.963,96	51.940,26	54.273,88	23.362,27	257.327,69						
00.1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	9.512,20	8.416,71	8.076,59	5.801,06	4.375,87	1.977,64	38.160,07						
00.1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS							0,00						
00.1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL							0,00						
00.1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS							0,00						
00.1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.942.445,86	3.077.204,78	2.630.334,05	2.181.031,56	2.864.498,78	2.575.105,43	16.270.620,46						
00.1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.934,02	1.360,80	8.685,89	3.091,24	1.390,44	80.355,26	114.817,65						
	RECEITA INTRA ORÇAMENTARIA							0,00						
00.2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	80.000,00	76.530,00	41.040,00	286.973,58	100.000,00	584.543,58						
00.2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO(-)							0,00						
00.2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS (-)							0,00						
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (-)							0,00						
00.2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	80.000,00	76.530,00	41.040,00	286.973,58	100.000,00	584.543,58						
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							0,00						
95.0000.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB (-)	384.637,67	454.361,95	354.194,22	315.027,18	380.924,53	404.021,25	2.293.166,80						
	TOTAL	2.624.023,77	2.928.099,91	2.693.889,18	2.261.354,14	2.907.530,74	540.027,88	18.156.621,55						

M. Silva

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
RECEITA ARRECADADA 2018

Código	Descrição	1º Bimestre 2018		2º Bimestre 2018		3º Bimestre 2018		4º Bimestre 2018		5º Bimestre 2018		6º Bimestre 2018		Total
00.1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	3.206.646,36	3.078.385,72	3.202.294,13	2.932.386,36	2.601.238,67	3.024.578,41	18.045.529,65						
00.1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	66.058,56	67.447,15	71.571,01	240.325,87	359.374,55	100.039,44	904.816,58						
00.1200.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	45.018,83	39.046,49	43.740,83	44.963,96	51.940,26	54.273,88	278.984,25						
00.1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	8.763,42	9.512,20	8.416,71	8.076,59	5.801,06	4.375,87	44.945,85						
00.1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL							0,00						
00.1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS							0,00						
00.1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.085.753,22	2.942.445,86	3.077.204,78	2.630.334,05	2.181.031,56	2.864.498,78	16.781.268,25						
00.1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.052,33	19.934,02	1.360,80	8.685,89	3.091,24	1.390,44	35.514,72						
	RECEITA INTRA ORÇAMENTARIA							0,00						
00.2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	91.350,00	0,00	80.000,00	76.530,00	41.040,00	286.973,58	575.893,58						
00.2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO(-)							0,00						
00.2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS (-)							0,00						
	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (-)							0,00						
00.2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	91.350,00		80.000,00	76.530,00	41.040,00	286.973,58	575.893,58						
00.2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							0,00						
95.0000.00.00	DEDUÇÕES DO FUNDEB (-)	466.836,35	384.637,67	454.361,95	354.194,22	315.027,18	380.924,53	2.355.981,90						
	TOTAL	2.831.160,01	2.693.748,05	2.827.932,18	2.654.722,14	2.327.251,49	2.930.627,46	16.265.441,33						

[Assinatura]

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
CORREÇÃO DA DESPESA 2018/2019

TÍTULOS	2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre		1º Bimestre	(CM%)	TOTAL REALIZADO
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2018	2019			
DESPESAS CORRENTES	2.300.129,48	2.868.433,59	2.649.919,84	2.805.511,89	2.923.846,18	802.817,79					802.817,79		14.350.658,77
PESSOAL E ENCARGOS	1.396.090,06	1.740.906,71	1.502.632,55	1.544.382,91	1.903.552,89	671.973,18					671.973,18		8.759.538,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (-)	95,13		1.435,04						9,21				1.539,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	903.944,29	1.127.526,88	1.145.852,25	1.261.128,98	1.020.284,08	130.844,61					130.844,61		5.589.581,09
DESPESAS DE CAPITAL	163.036,93	393.390,71	163.399,89	144.242,31	154.386,34	41.761,48					41.761,48		1.060.217,66
INVESTIMENTOS	119.249,56	349.123,26	113.772,25	92.718,31	102.438,86	15.635,14					15.635,14		792.937,38
INVERSÕES FINANCEIRAS													0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	43.787,37	44.267,45	49.627,64	51.524,00	51.947,48	26.126,34					26.126,34		267.280,28
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS													0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA													0,00
TOTAL	2.463.166,41	3.261.824,30	2.813.319,73	2.949.754,20	3.078.232,52	844.579,27					844.579,27		15.410.876,43

afel

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
DESPESA REALIZADA 2018
 (Conforme art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

TÍTULOS	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre	TOTAL
	2018	2018	2018	2018	2018	2018	REALIZADO
DESPESAS CORRENTES	2.106.704,22	2.300.129,48	2.868.433,59	2.649.919,84	2.805.511,89	2.923.846,18	15.654.545,20
PESSOAL E ENCARGOS	1.395.450,08	1.396.090,06	1.740.906,71	1.502.632,55	1.544.382,91	1.903.552,89	9.483.015,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (-)		95,13		1.435,04		9,21	1.539,38
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	711.254,14	903.944,29	1.127.526,88	1.145.852,25	1.261.128,98	1.020.284,08	6.169.990,62
DESPESAS DE CAPITAL	40.779,35	163.036,93	393.390,71	163.399,89	144.242,31	154.386,34	1.059.235,53
INVESTIMENTOS	0,00	119.249,56	349.123,26	113.772,25	92.718,31	102.438,86	777.302,24
INVERSOES FINANCEIRAS							0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	40.779,35	43.787,37	44.267,45	49.627,64	51.524,00	51.947,48	281.933,29
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS							0,00
RESERVA DE CONTIGENCIA							0,00
TOTAL	2.147.483,57	2.463.166,41	3.261.824,30	2.813.319,73	2.949.754,20	3.078.232,52	16.713.780,73

Assinado

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
AVALIAÇÃO PERCENTUAL DA DESPESA
 (Conforme art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

TÍTULOS	DESPESA 2016		DESPESA 2017		DESPESA 2018		DESPESA 2019		VARIÇÃO (%)	VARIÇÃO (%)
							ORÇADA			
DESPESAS CORRENTES	14.783.176,85	14.109.023,28	-4,56	15.654.545,20	10,95	18.208.719,23	16,32			
PESSOAL E ENCARGOS	9.307.607,85	9.345.540,59	0,41	9.483.015,20	1,47	10.792.675,44	13,81			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (-)		12.788,48		1.539,38	-87,96	10.000,00	549,61			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.475.569,00	4.750.694,21	-13,24	6.169.990,62	29,88	7.406.043,79	20,03			
DESPESAS DE CAPITAL	341.387,31	507.510,04	48,66	1.059.235,53	108,71	5.407.404,07	410,50			
INVESTIMENTOS	273.635,49	271.448,15	-0,80	777.302,24	186,35	5.127.404,07	559,64			
INVERSOES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	67.751,82	236.061,89	248,42	281.933,29	19,43	280.000,00	-0,69			
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS										
RESERVA DE CONTIGÊNCIA										
TOTAL	15.124.564,16	14.616.533,32	-3,36	16.713.780,73	14,35	23.856.123,30	42,73			

mgda

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Conforme art. 4º, § 2º, Inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal)

	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio Líquido						
Patrimônio/ Capital	-1.377.411,80	129,91	-599.106,76	-182,39	727.147,88	100,00
Reserva						100,00
Resultado Acumulado	5.698.947,25	-58,12	13.607.862,10	5,65	12.880.714,22	100,00
Total	4.321.535,45	-66,78	13.008.755,34	-4,40	13.607.862,10	100,00

mpb

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
(Conforme art. 4º, § 2º, inciso V da lei de Responsabilidade Fiscal)

Eventos	Valor Previsto para 2020
Receita Prevista	23.509.927,43
(-) Transferências ao Poder Legislativo	939.034,88
(-) Dedução do FUNDEB	2.616.952,00
(-) Despesas Continuadas	16.804.422,27
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.149.518,28
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III)=(I+II)	3.149.518,28
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	667.856,00
Impacto de Novas DOCC	500.000,00
Aumento real do salário mínimo	167.856,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III-IV)	2.481.662,28

Notas Explicativas:

1. O AUMENTO DA DOCC REFERE-SE AOS PROJETOS DE INDENIZAÇÃO DEVIDO À REVOGAÇÃO DA LEI 003/2008 E 053/2002.

3. O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO ESTÁ CALCULADO SOMENTE PARA SERVIDORES QUE AUFEREM O MÍNIMO. CONFORME RELATÓRIO EMITIDO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS O TOTAL DE 156 SERVIDORES.

4. VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO PARA 2020 DE R\$ 1.076,00 CONFORME PROJEÇÃO ANEXO IV, PLDO 2019 DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO.



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS ANUAIS
 (Conforme art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Especificação	Ano 2020			Ano 2021		
	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100
Receita Total	23.509.927,43	22.569.530,33	0,28	24.391.549,71	23.476.866,60	0,27
Receita Primárias (I)	20.979.767,43	20.140.576,73	0,25	21.766.508,71	20.950.264,63	0,24
Despesa Total	23.810.368,23	22.857.953,50	0,28	24.703.257,04	23.776.884,90	0,27
Despesas Primárias (II)	23.259.168,23	22.328.801,50	0,28	24.131.387,04	23.226.460,03	0,27
Resultado Primário (III)=(I-II)	-2.279.400,80	-2.188.224,77	-0,03	-2.364.878,33	-2.276.195,39	-0,03
Resultado Nominal	-300.440,80	-288.423,17	0,00	-311.707,33	-300.018,31	0,00
Dívida Pública Consolidada	1.728.663,37	1.659.516,83	0,02	1.793.488,24	1.726.232,44	0,02
Dívida Consolidada Líquida	-8.334.623,91	-8.001.238,95	-0,10	-8.647.172,30	-8.322.903,34	-0,10

VARIÁVEIS

	EXERCÍCIO	
	2020	2021
Inflação média (% anual)*		
Crescimento do PIB*	4,00	3,75
Projeção do PIB do Estado***	2,78	2,50
	8.409.336.000,00	8.984.023.750,00

* Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil em 22/03/2019.

*** Valores do PIB corrigidos pela inflação

Fonte: LDO/2019 do Estado de Minas Gerais



MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
META FISCAL - RESULTADO NOMINAL - PROJEÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
(Conforme art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Especificação	2018 (a)	2019 (b)	2020 (c)	2021 (d)
Saldo Anterior da Dívida Consolidada				
Dívida Consolidada (I)	1.599.938,70	1.662.176,32	1.728.663,37	1.793.488,24
Deduções (II)	7.994.944,09	8.305.947,42	8.638.185,31	8.962.117,26
Ativos Disponíveis	9.235.417,90	9.594.675,66	9.978.462,68	10.352.655,03
Haveres Financeiros	1.014.470,04	1.053.932,92	1.096.090,24	1.137.193,63
(-) Restos a Pagar Processados	2.254.943,85	2.342.661,17	2.436.367,61	2.527.731,40
Dívida Consolidada Líquida (III)=(I)-(II)	-6.395.005,39	-6.643.771,10	-6.909.521,94	-7.168.629,02
Receitas de Privatizações (IV)				
Passivos Reconhecidos (V)	1.318.981,95	1.370.290,35	1.425.101,96	1.478.543,29
Dívida Fiscal Líquida (III-IV-V)	-7.713.987,34	-8.014.061,45	-8.334.623,91	-8.647.172,30
Resultado Nominal		(b-a) -248.765,71	(c-b) -265.750,84	(d-c) -259.107,07
Inflação	4,50	3,89	4,00	3,75

angel

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS
 (Conforme art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Especificação	2018		2019		2020		2021	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receita Total	29.307.869,94	-10,02	26.372.423,30	-10,02	23.509.927,43	-10,85	24.391.549,71	3,75
Receitas Primárias (I)	27.362.369,94	-26,28	20.172.853,30	-26,28	20.979.767,43	4,00	21.766.508,71	3,75
Despesa Total	26.482.947,45	-9,92	23.856.123,30	-9,92	23.810.368,23	-0,19	24.703.257,04	3,75
Despesas Primárias (II)	26.261.487,45	-11,18	23.326.123,30	-11,18	23.259.168,23	-0,29	24.131.387,04	3,75
Resultado Primário (III)=(I-II)	1.100.882,49	-386,43	-3.153.270,00	-386,43	-2.279.400,80	-27,71	-2.364.878,33	3,75
Resultado Nominal	2.824.922,49	-10,92	2.516.300,00	-10,92	-300.440,80	-111,94	-311.707,33	3,75
Montante Dívida Pública	1.599.938,70	3,89	1.662.176,32	3,89	1.728.663,37	4,00	1.793.488,24	3,75
Dívida Consolidada Líquida	-7.713.987,34	3,89	-8.014.061,45	3,89	-8.334.623,91	4,00	-8.647.172,30	3,75
Valores Constantes								
	2018	2019	2020	2021				
Receita Total	27.989.015,79	25.346.536,03	22.569.530,33	23.476.866,60	-10,96	4,02		
Receitas Primárias (I)	26.131.063,29	19.388.129,31	20.140.576,73	20.950.264,63	3,88	4,02		
Despesa Total	25.291.214,81	22.928.120,10	22.857.953,50	23.776.884,90	-0,31	4,02		
Despesas Primárias (II)	25.079.720,51	22.418.737,10	22.328.801,50	23.226.460,03	-0,40	4,02		
Resultado Primário (III)=(I-II)	1.051.342,78	-3.030.607,80	-2.188.224,77	-2.276.195,39	-27,80	4,02		
Resultado Nominal	2.697.800,98	2.418.415,93	-288.423,17	-300.018,31	-111,93	4,02		
Montante Dívida Pública	1.527.941,46	1.597.517,66	1.659.516,83	1.726.232,44	3,88	4,02		
Dívida Consolidada Líquida	7.366.857,91	-7.702.314,46	-8.001.238,95	-8.322.903,34	3,88	4,02		

Metodologia de Cálculo

2018
4,50%

2019
3,89%

Índices de Inflação
2020
4,00%


2021
3,75%

Para efetivar os cálculos a preços constantes a partir de 2018, os valores correntes foram deflacionados com base nas variações previstas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil em 22/03/2019.



MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - EXERCÍCIO DE 2020
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
(Conforme art. 4º, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

As metas fiscais estabelecidas podem sofrer mudanças significativas devido aos levantamentos que estão sendo feitos para reconhecimento da dívida pelo regime de competência.

PASSIVOS CONTINGENTES	VALOR	PROVIDÊNCIAS
Precatórios e dívidas contratuais de acordo com Relatório emitido pelo TJMG em 13/06/2017.	R\$ 1.025.344,94	Estes desequilíbrios nas metas fiscais serão compensados com a utilização dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, de acordo com alínea b, inciso III, art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000. O desequilíbrio aqui apresentado terá por consequência a limitação da capacidade de empenho de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras".
Dívidas em processo de reconhecimento (em valores aproximados)	R\$ 14.944.671,78	Estes desequilíbrios nas metas fiscais serão compensados com a utilização dos recursos consignados à conta da Reserva de Contingência, de acordo com alínea b, inciso III, art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000. O desequilíbrio aqui apresentado terá por consequência a limitação da capacidade de empenho de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras".
Dívida de indenização da revogação da Lei 053/2008 e 003/2008	R\$ 500.000,00	Envio de Projeto de Lei no mês de Abril/2018 da revogação na íntegra das Leis 053/2008 e 003/2008 para a Câmara e suspensão imediata dos descontos contendo o reconhecimento de quem tem o direito adquirido, indenização dos ativos que contribuiram considerando a prescrição previdenciária de 05 (cinco) anos e a mudança na rubrica orçamentária para as despesas indenizatórias.
Frustração de Arrecadação	R\$ 7.654.640,29	Baseado na arrecadação realizada nos últimos quatro anos (2018, 2017, 2016 e 2015), o município tende a deixar de arrecadar 32,09% da receita estimada conforme média executada dos anos citados, devendo então utilizar-se da limitação de empenhos.
TOTAL	R\$ 24.124.657,01	

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2020
ANEXO DE METAS FISCAIS - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
(Conforme art. 4º, § 2º, inciso V da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Tributos/ Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
		2019	2020	2021	
TOTAL					

Nota explicativa:

O Município tomará medidas administrativas e judiciais para o recebimento de sua dívida ativa sem qualquer renúncia através de Incentivo fiscal visto os resultados negativos dos seus balanços.

MAR

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS - EXERCÍCIO DE 2020
METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS
(Conforme art. 4º, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal)

Descrição	2018	2019	2020	2021
1 - DESPESAS CORRENTES	23.093.987,45	18.208.719,23	18.937.068,00	19.647.208,05
Passoal e Encargos Sociais	10.764.140,00	10.793.675,44	11.225.422,46	11.646.375,80
Juros e Encargos da Dívida	35.000,00	10.000,00	10.400,00	10.790,00
Outras Despesas Correntes	12.294.847,45	7.405.043,79	7.701.245,54	7.990.042,25
2 - DESPESAS DE CAPITAL	3.378.960,00	5.407.404,07	4.623.700,23	4.797.088,99
Investimentos	3.202.500,00	5.127.404,07	4.332.500,23	4.494.968,99
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida	176.460,00	280.000,00	291.200,00	302.120,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	240.000,00	249.600,00	258.960,00
TOTAL (1+2+3)	26.482.947,45	23.856.123,30	23.810.368,23	24.703.257,04

Metodologia:

As metas anuais de despesas para o Município de São Pedro dos Ferros foram projetadas com base na sua evolução histórica, e nos índices de inflação projetada a 4,00% para 2020 e 3,75% para 2021.

